

Equatorial Energia S.A.

**Informações trimestrais
em 30 de setembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações Trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações trimestrais	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Energia S.A.
São Luís - MA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Equatorial Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao período findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nesta data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nesta data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Fortaleza, 09 de novembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Equatorial Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016			30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa		169.108	137.661	928.321	920.784	Fornecedores	13	532	702	1.045.631	943.283
Investimentos de curto prazo	5	286.178	350.366	1.732.997	2.137.135	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		1.083	489	48.581	33.330
Contas a receber de clientes	6	-	-	2.322.915	2.292.104	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	913.024	868.211
Contas a receber – bandeiras tarifárias		-	-	2.511	3.947	Debêntures	15	-	-	247.229	118.740
Aquisição de combustível - conta CCC		-	-	41.546	64.738	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	-	71.524
Serviços pedidos		-	-	172.553	133.605	Impostos e contribuições a recolher	17.1	3.742	4.013	428.388	357.041
Partes relacionadas		10.422	-	-	-	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		629	-	13.807	9.306
Valores a receber da parcela A e outros itens finance	7	-	-	136.570	-	Dividendos e juros sobre capital próprio		169.284	169.288	243.075	195.911
Depósitos judiciais	19	4.238	4.236	22.042	31.839	Encargos do consumidor		-	-	50.065	28.748
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	25.000	1.242	Contribuição de iluminação pública		-	-	25.789	42.101
Estoques		-	-	15.534	19.987	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		-	-	70.190	69.029
Dividendos		226.317	125.469	-	-	Participação nos lucros		6.697	4.234	65.840	76.559
Impostos e contribuições a recuperar		641	-	109.295	105.000	Valores a pagar da recuperação judicial	18	-	-	40.085	96.409
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		18.588	21.959	101.159	127.909	Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulat	19	-	-	73.369	86.222
Outros créditos a receber	8	2.276	2.665	216.444	89.242	Outras contas a pagar	20	10.614	317	603.968	419.891
Total do ativo circulante		717.768	642.356	5.826.887	5.927.532	Total do passivo circulante		192.581	179.043	3.869.041	3.416.305
Não circulante											
Contas a receber de clientes	6	-	-	513.247	372.004	Não circulante		-	-	2.188.779	2.217.653
Valores a receber da parcela A e outros itens finance	7	-	-	63.090	-	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.553.856	1.629.727
Aquisição de combustível - conta CCC		-	-	87.718	93.306	Debêntures	15	-	-	38.164	37.316
Depósitos judiciais	19	-	-	189.750	165.018	Impostos e contribuições a recolher	17.1	-	-	314.877	238.395
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	21.600	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.1	50	50	462.517	455.527
Impostos e contribuições a recuperar	6	-	-	124.226	130.636	Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulat	19	-	-	-	1.501
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		-	-	45.278	42.833	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	162.351	153.334
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		-	-	23.809	65.284	Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética		-	-	947.371	912.337
Adiantamento para futuro aumento de capital		25.871	-	-	-	Valores a pagar da recuperação judicial	18	-	-	38.412	38.412
Outros créditos a receber	8	8.539	48.219	83.408	66.965	Plano de aposentadoria e pensão		-	-	-	31.278
Adiantamento a fornecedor		-	-	83.809	-	Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	52.356	216.048
Ativo financeiro da concessão	10	-	-	3.029.911	2.602.224	Outras contas a pagar	20	1.068	-	-	-
Investimentos	11	3.956.794	3.512.077	101.892	96.322	Total do passivo não circulante		1.118	50	5.758.683	5.931.528
Imobilizado		1.721	439	10.376	8.755	Patrimônio líquido	21	2.227.021	1.981.985	2.227.021	1.981.985
Intangível	12	-	-	4.867.972	4.648.641	Capital social		58.408	54.959	58.408	54.959
Total do ativo não circulante		3.992.931	3.560.735	9.246.086	8.291.988	Reservas de capital		1.766.110	2.009.845	1.766.110	2.009.845
						Reservas de lucros		(22.262)	(22.262)	(22.262)	(22.262)
						Ajuste de avaliação patrimonial		(529)	(529)	(529)	(529)
						Outros resultados abrangentes		488.252	-	488.252	-
						Lucros acumulados					
Total do ativo		4.710.699	4.203.091	15.072.973	14.219.520	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		4.517.000	4.023.998	4.517.000	4.023.998
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	928.249	847.689
						Total do patrimônio líquido		4.517.000	4.023.998	5.445.249	4.871.687
						Total do passivo e patrimônio líquido		4.710.699	4.203.091	15.072.973	14.219.520

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora				Consolidado			
	01/01/2017	01/07/2017	01/01/2016	01/07/2016	01/01/2017	01/07/2017	01/01/2016	01/07/2016
	a	a	a	a	a	a	a	a
	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2016
							Reapresentado	Reapresentado
Receita operacional líquida	24	-	-	-	6.346.987	2.422.094	5.593.947	2.004.253
Custos de energia elétrica, construção e operação	25	-	-	-	(4.491.926)	(1.608.118)	(4.122.473)	(1.456.087)
Energia elétrica comprada para revenda e custos de transmissão	26	-	-	-	(3.064.555)	(1.163.062)	(2.567.300)	(884.780)
Custo de construção		-	-	-	(927.972)	(287.888)	(1.025.402)	(379.410)
Custo da operação		-	-	-	(499.399)	(157.168)	(529.771)	(191.897)
Lucro bruto		-	-	-	1.855.061	813.976	1.471.474	548.166
Despesas com vendas	25	-	-	-	(445.368)	(133.675)	(337.438)	(125.558)
Despesas gerais e administrativas	25	(32.232)	(12.232)	(28.057)	(7.829)	(173.666)	(251.972)	(99.092)
Amortização do direito de concessão		(4.442)	(1.481)	(4.780)	(1.593)	(4.442)	(1.481)	(1.593)
Resultado da equivalência patrimonial		488.584	315.346	497.647	183.333	17.303	20.266	7.340
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(10)	(3)	-	(85.589)	(31.299)	(62.415)	(26.248)
Total de receitas (despesas) operacionais		451.900	301.630	464.810	175.030	(964.392)	(636.339)	(245.151)
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social		451.900	301.630	464.810	175.030	890.669	477.877	303.015
Receitas financeiras		45.954	11.016	56.343	20.174	424.679	140.396	625.016
Despesas financeiras		(5.909)	(233)	(4)	(3)	(558.512)	(161.073)	(147.550)
Resultado financeiro, líquido	27	40.045	10.783	56.339	20.171	(133.833)	(20.677)	(20.149)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		491.945	312.413	521.149	195.201	756.836	457.200	282.866
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.3	(6.827)	(731)	(14.839)	(6.479)	(74.676)	(39.007)	(30.276)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		3.134	-	-	-	(60.114)	(32.364)	(13.687)
Impostos sobre o lucro		(3.693)	(731)	(14.839)	(6.479)	(134.790)	(71.371)	(43.963)
Lucro líquido do período		488.252	311.682	506.310	188.722	622.046	385.829	238.903
Resultado atribuível aos:								
Acionistas não controladores		-	-	-	-	133.794	74.147	124.202
Acionistas da controladora		488.252	311.682	506.310	188.722	488.252	311.682	188.722
Lucro líquido do período		488.252	311.682	506.310	188.722	622.046	385.829	238.903
Lucro do período básico por lote de mil ações - R\$		2,4567	1,5680	3,3538	0,4050	3,1299	1,9409	3,1736
Lucro do período diluído por lote de mil ações - R\$		2,4428	1,5597	3,2839	0,3966	3,1101	1,9287	3,1424
Quantidade de ações no final do período - em mil		198.743	198.743	198.675	198.675	198.743	198.743	198.675

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2017	01/07/2017	01/01/2016	01/07/2016	01/01/2017	01/07/2017	01/01/2016	01/07/2016
	a	a	a	a	a	a	a	a
	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2016
Lucro líquido do período	488.252	311.682	506.310	188.722	622.046	385.829	630.512	238.903
Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes	488.252	311.682	506.310	188.722	622.046	385.829	630.512	238.903
Acionistas não controladores	-	-	-	-	133.794	74.147	124.202	50.181
Acionistas controladores	488.252	311.682	506.310	188.722	488.252	311.682	506.310	188.722
Total resultados abrangentes	488.252	311.682	506.310	188.722	622.046	385.829	630.512	238.903

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>									
	Capital social	Reservas de capital	Legal	Reserva para investimento e expansão	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.980.214	44.909	138.124	1.334.217	(22.262)	-	4.050	3.479.252	749.987	4.229.239
Aumento de capital	1.771	-	-	-	-	-	-	1.771	-	1.771
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 21.1)	-	8.278	-	-	-	-	-	8.278	-	8.278
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.410)	(37.410)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	506.310	-	506.310	124.202	630.512
Saldos em 30 de setembro de 2016	<u>1.981.985</u>	<u>53.187</u>	<u>138.124</u>	<u>1.334.217</u>	<u>(22.262)</u>	<u>506.310</u>	<u>4.050</u>	<u>3.995.611</u>	<u>836.779</u>	<u>4.832.390</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.981.985	54.959	173.735	1.836.110	(22.262)	-	(529)	4.023.998	847.689	4.871.687
Aumento de capital (Nota 21.1)	245.036	-	(173.735)	(70.000)	-	-	-	1.301	-	1.301
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 21.1)	-	3.449	-	-	-	-	-	3.449	-	3.449
Distribuição dividendos aos minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.234)	(53.234)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	488.252	-	488.252	133.794	622.046
Saldos em 30 de setembro de 2017	<u>2.227.021</u>	<u>58.408</u>	<u>-</u>	<u>1.766.110</u>	<u>(22.262)</u>	<u>488.252</u>	<u>(529)</u>	<u>4.517.000</u>	<u>928.249</u>	<u>5.445.249</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	488.252	506.310	622.046	630.512
Ajustes para:				
Amortização e depreciação	4.447	4.785	290.470	259.643
Resultado de equivalência patrimonial	(488.584)	(497.647)	(17.303)	(20.266)
Baixa de intangível	-	-	13.281	18.138
Atualização do ativo financeiro	-	-	(56.768)	(105.826)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	(8.984)	-	331.096	20.996
Perda com instrumentos derivativos	-	-	73.485	352.440
Ajuste a valor presente	(362)	-	31.391	(25.345)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	-	-	216.946	(139.189)
Atualização e provisão pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	-	64.805	-
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	47.126	35.912
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	-	(272.685)	71.631
Rendimentos de aplicações financeiras	(27.763)	(25.629)	(142.099)	(200.416)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(3.134)	-	60.114	80.233
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	6.827	14.839	74.676	70.612
Pagamento com base em ações	3.449	8.278	3.449	8.278
	<u>(25.852)</u>	<u>10.936</u>	<u>1.340.030</u>	<u>1.057.353</u>
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes				
Contas a receber de clientes	-	-	(389.010)	(164.383)
Contas a receber – bandeiras tarifárias	-	-	1.436	5.029
Aquisição de combustível - conta CCC	-	-	28.780	59.622
Serviços pedidos	-	-	(38.948)	(6.068)
Depósitos judiciais	(2)	(233)	(14.935)	(19.313)
Estoques	-	-	4.453	(12.439)
Impostos e contribuições a recuperar	(647)	-	2.115	9.552
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	3.371	14.006	24.305	(31.974)
Sub-rogação da CCC	-	-	41.475	(20.137)
Outros créditos a receber	49.415	4.887	(143.645)	1.044
Fornecedores	(170)	129	112.635	(109.219)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	594	(117)	15.251	5.716
Impostos e contribuições a recolher	2.863	2.660	72.195	(35.471)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(6.198)	(18.010)	(4.710)	(118.509)
Encargos do consumidor	-	-	21.317	2.919
Contribuição de iluminação pública	-	-	(16.312)	2.563
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	-	(54.627)	4.449
Participação nos lucros	2.463	291	(10.719)	(3.730)
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	-	(4.322)
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	(52.989)	(90.326)
Juros pagos	-	-	(203.904)	(174.094)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(49.097)	87.142
Outras contas a pagar	10.299	2	20.385	34.570
Caixa (utilizado) aplicado nas atividades operacionais	<u>61.988</u>	<u>3.615</u>	<u>(634.549)</u>	<u>(577.379)</u>
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>36.136</u>	<u>14.551</u>	<u>705.481</u>	<u>479.974</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Partes relacionadas	(10.422)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(97.817)	-	-	-
Aquisições no ativo intangível e imobilizado	(1.287)	-	(885.886)	(902.234)
Ativo financeiro da concessão	-	-	(9.682)	-
Aquisição no investimento	(90)	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	(83.809)	-
Resgates/ aplicações financeiras	91.951	(27.136)	546.237	653.089
Recebimento de dividendos	11.679	11.612	11.679	11.612
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(5.986)</u>	<u>(15.524)</u>	<u>(421.461)</u>	<u>(237.533)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	721.119	264.993
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	(751.089)	(505.817)
Amortização de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(140.314)	10.276
Valores pagos da recuperação judicial	-	-	(101.430)	9.228
Recurso destinado para aumento de capital	1.301	1.771	1.301	1.771
Dividendos pagos	(4)	-	(6.070)	(4.847)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	<u>1.297</u>	<u>1.771</u>	<u>(276.483)</u>	<u>(224.396)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>31.447</u>	<u>798</u>	<u>7.537</u>	<u>18.045</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	137.661	9.035	920.784	397.866
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	169.108	9.833	928.321	415.911
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>31.447</u>	<u>798</u>	<u>7.537</u>	<u>18.045</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016 Reapresentado
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	-	-	8.857.628	7.912.536
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	-	-	(216.946)	(139.189)
Provisão (reversão) de processos cíveis fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	(33.607)	36.379
Outras despesas/receitas operacionais	(10)	-	(48.823)	(16.439)
Outras despesas / receitas não recorrentes	-	-	(36.766)	(45.974)
	(10)	-	8.521.486	7.747.313
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	(3.992.527)	(3.592.702)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.018)	(4.784)	(512.985)	(507.782)
Subvenção - CCC	-	-	(68.975)	(9.373)
	(11.018)	(4.784)	(4.574.487)	(4.109.857)
Valor (aplicado) adicionado bruto	(11.028)	(4.784)	3.946.999	3.637.456
Depreciação e amortização	(5)	(5)	(286.028)	(254.870)
Valor adicionado líquido (aplicado) gerado pela Companhia	(11.033)	(4.789)	3.660.971	3.382.586
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	45.954	56.339	405.687	12.090
Resultado de equivalência patrimonial	488.584	497.648	17.303	20.266
Amortização do direito de concessão	(4.442)	(4.780)	(4.442)	(4.780)
Outras	(5.905)	-	(178.584)	-
	524.191	549.207	239.964	27.576
Valor adicionado total a distribuir	513.158	544.418	3.900.935	3.410.162
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	17.345	20.588	205.138	213.185
Benefícios	583	166	54.974	38.314
FGTS	390	58	19.158	13.585
Outros	2.474	2.457	(21.383)	(24.313)
	20.792	23.269	257.887	240.771
Tributos				
Federais	3.693	14.839	1.261.772	1.211.568
Estaduais	-	-	1.372.128	1.250.877
Municipais	-	-	5.886	4.162
	3.693	14.839	2.639.786	2.466.607
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	4	-	328.445	65.869
Aluguéis	417	-	20.280	6.403
Encargos com partes relacionada	-	-	-	-
Outros despesas financeiras	-	-	32.491	-
	421	-	381.216	72.272
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido no período	488.252	506.310	488.252	506.310
Participação dos não-controladores nos lucros do período	-	-	133.794	124.202
	488.252	506.310	622.046	630.512
Valor adicionado	513.158	544.418	3.900.935	3.410.162

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora”) sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica. A Companhia possui ações negociadas na BM&F BOVESPA sob o *ticket* “EQTL3” e desde 2008 participa do Novo Mercado.

2 Entidades controladas e controladas em conjunto

A Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	Nota	30/09/2017	31/12/2016
Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR		65,11%	65,11%
55 Soluções S.A.		100,00%	100,00%
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA		96,50%	96,50%
Geradora de Energia do Norte		25,00%	25,00%
Vila Velha Termoelétricas Ltda.		50,00%	50,00%
Equatorial Telecomunicações		0,04%	0,04%
Equatorial Transmissão S.A.	(a)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(d)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(e)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(f)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(g)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(h)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(i)	100,00%	-
Participação indireta	Nota	30/09/2017	31/12/2016
Solenergias	(j)	51%	51%
Hélios	(k)	99,99	99,99
Equatorial Telecomunicações		99,96	99,96

Fatos relevantes para o período de revisão das informações trimestrais:

- (a) Equatorial Transmissão S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) transmitir e comercializar energia e prestar serviços correlatos; b) estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de transmissão de energia; c) prestar serviço de consultoria e engenharia dentro de sua área de atuação; c) participar de associações e organizações de caráter técnico, científico e empresarial; e d) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, constituída em 17 de novembro de 2016;
- (b) Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Rio das Águas - Barreiras II C2, com 251 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016;
- (c) Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500

kV- Barreiras II, Buritirama C1, com 213 quilômetros; e (b) Subestação 500kV Buritirama (subestação nova para conexões de linhas e compensação de reativos), constituída em 17 de novembro de 2016;

- (d) Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Buritirama - Queimada Nova II, C2, com 380 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016;
- (e) Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV Igarorã III - Janaúba 3 C1, com 257 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C1, com 337 quilômetros; e (c) Subestação 500 kV Janaúba 3 (novo pátio de 500 kV - parte 1), constituída em 17 de novembro de 2016;
- (f) Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Igarorã III - Janaúba 3 C2, com 257 quilômetros.
- (g) Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C2, com 330 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016;
- (h) Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV Vila do Conde - Marituba - 56,1 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 230 kV Marituba - Castanhal - 68,6 quilômetros; (c) Subestação 500/230 kV Marituba - (3+1R)x300 MVA; e (d) Subestação 230/69 kV Marituba 2x200 MVA, constituída em 17 de novembro de 2016; e
- (i) Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de São Luís, no estado do Maranhão. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão no estado do Pará, de acordo com Edital do Leilão nº 05/2016, consistente na (a) Linha de Transmissão Xingu - Altamira, em 230 kV, com extensão aproximada de 61 km; (b) Linha de Transmissão Altamira - Transamazônica, em 230 kV, com extensão aproximada de 188 km; (c) pela Linha de Transmissão Transamazônica - Tapajós, em 230 kV, com extensão aproximada de 187 km; (d) Subestação Tapajós, em 230/138-13,8 kV, (2 x 150 MVA); e) Subestação Tapajós - Compensador Síncrono (-75/+150 MVAR); e f) Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR), constituída em 14 de junho de 2017.
- (j) Solenergias Comercializadora de Energia S.A. (“Solenergias”): Sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atividades a comercialização de energia elétrica, gerenciar contratos de fornecimento de energia elétrica de consumidores, organizar leilões de compra e venda de energia elétrica e comercializar insumos para a geração de energia elétrica.
- (k) Helios Energia Comercializadora e Servicos LTDA: Sociedade Empresária Limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atividades a comercialização de energia elétrica, gerenciar contratos de fornecimento de energia elétrica de consumidores, organizar leilões de compra e venda de energia elétrica e comercializar insumos para a geração de energia elétrica.

As controladas CEMAR, CELPA, 55 Soluções, Equatorial Transmissão e as SPEs serão doravante mencionadas nas notas explicativas abaixo apenas como “Controladas”.

A Geradora de Energia do Norte e a Vila Velha são empresas controladas em conjunto (*joint*

venture) pela Equatorial, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.

As apresentações das informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação são equânimes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas, incluindo as empresas controladas em conjunto, e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

3 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR.

A emissão dessas informações trimestrais individuais e consolidadas para o período findo em 30 de setembro de 2017 foi autorizada pela Administração em 07 de novembro de 2017.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações trimestrais.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período findo em 30 de setembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6.2** - critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
- **Nota explicativa 10** - critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa 12** - cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;
- **Nota explicativa 16** - o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro;
- **Nota explicativa 19** - reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos; e
- **Nota explicativa 28** - definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(i) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPCs / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no período da revisão das informações trimestrais, ou no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 28.3.

3.4 Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Investimentos de curto prazo mensurados pelo valor justo;
- Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado.

3.5 Retificação de valores correspondentes

As informações trimestrais referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, estão sendo retificadas para refletir nos valores correspondentes do período de 30 de setembro de 2017, a mudança da prática contábil referente a atualização do ativo financeiro da concessão. A Companhia, ao rever suas práticas contábeis, concluiu que a atualização do ativo financeiro da concessão, anteriormente apresentada na rubrica de receita financeira, está melhor apresentada no grupo de receita operacional.

Adicionalmente, na nota explicativa de Informações por segmento, a Companhia efetuou a eliminação de alguns valores das suas controladas na coluna “Administração central e outros” que estavam sendo eliminados na coluna “Eliminação e ajuste”. Estas alterações não modificaram os valores consolidados totais.

A Companhia está efetuando as seguintes reclassificações referentes ao período findo em 30 de setembro de 2016, de acordo com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (R1) e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (R3):

(a) Reclassificações nas demonstrações do resultado (Consolidado) e demonstrações do valor adicionado (Consolidado)

(i) Demonstrações do resultado (consolidado)

30 de setembro de 2016 (período de 9 meses)		<u>Anteriormente publicado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
Receita operacional líquida	(a)	5.488.121	105.826	5.593.947
Custo da energia elétrica, construção e operação		<u>(4.122.473)</u>	-	<u>(4.122.473)</u>
Lucro bruto		<u>1.365.648</u>	<u>105.826</u>	<u>1.471.474</u>
Total de despesas operacionais		<u>(636.339)</u>	-	<u>(636.339)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social		<u>729.309</u>	<u>105.826</u>	<u>835.135</u>
Receitas financeiras	(a)	792.123	(167.107)	625.016
Despesas financeiras	(a)	<u>(740.075)</u>	<u>61.281</u>	<u>(678.794)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>52.048</u>	<u>(105.826)</u>	<u>(53.778)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>781.357</u>	-	<u>781.357</u>
Impostos sobre o lucro		<u>(150.845)</u>	-	<u>(150.845)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>630.512</u>	<u>-</u>	<u>630.512</u>
30 de setembro de 2016 (período de 3 meses)		<u>Anteriormente publicado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
Receita operacional líquida	(a)	2.022.643	(18.390)	2.004.253
Custo da energia elétrica, construção e operação		<u>(1.456.087)</u>	-	<u>(1.456.087)</u>
Lucro bruto		<u>566.556</u>	<u>(18.390)</u>	<u>548.166</u>
Total de despesas operacionais		<u>(245.151)</u>	-	<u>(245.151)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social		<u>321.405</u>	<u>(18.390)</u>	<u>303.015</u>
Receitas financeiras	(a)	114.316	13.739	128.055
Despesas financeiras	(a)	<u>(152.855)</u>	<u>4.651</u>	<u>(148.204)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(38.539)</u>	<u>18.390</u>	<u>(20.149)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>282.866</u>	-	<u>282.866</u>
Impostos sobre o lucro		<u>(43.963)</u>	-	<u>(43.963)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>238.903</u>	<u>-</u>	<u>238.903</u>

(a) Reclassificação da atualização do ativo financeiro da concessão, anteriormente apresentada na rubrica de resultado financeiro, para o grupo de receita operacional.

(ii) **Demonstrações do valor adicionado (consolidado)**

30 de setembro de 2016	<u>Anteriormente publicado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
Receitas			
Vendas de produtos e serviços (a)	7.806.710	105.826	7.912.536
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(139.189)	-	(139.189)
Provisão (reversão) de processos cíveis, fiscais e trabalhistas	36.379	-	36.379
Outras despesas/receitas operacionais	(62.415)	45.976	(16.439)
Outras despesas/receitas não recorrentes	-	(45.974)	(45.974)
	7.641.485	105.828	7.747.313
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)			
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(3.592.702)	-	(3.592.702)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(507.781)	(1)	(507.782)
Subvenção – CCC	(9.373)	-	(9.373)
	(4.109.856)	(1)	(4.109.857)
Valor adicionado (aplicado) bruto	3.531.629	105.827	3.637.456
Amortização	(254.870)	-	(254.870)
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	3.276.759	105.827	3.382.586
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	12.090	-	12.090
Resultado de equivalência patrimonial	20.266	-	20.266
Amortização do direito de concessão	(4.780)	-	(4.780)
Atualização ativo financeiro (a)	105.827	(105.827)	-
	133.403	(105.827)	27.576
Valor adicionado total a distribuir	3.410.162	-	3.410.162
Distribuição do valor adicionado			
Empregados	240.771	-	240.771
Tributos	2.466.607	-	2.466.607
Remuneração de capitais de terceiros	72.272	-	72.272
Remuneração de capitais próprios	630.512	-	630.512
Valor adicionado	3.410.162	-	3.410.162

(a) Reclassificação da atualização do ativo financeiro da concessão, anteriormente apresentada na rubrica de resultado financeiro, para o grupo de receita operacional.

(b) Reclassificações nas demonstrações do resultado (Consolidado) e demonstrações do valor adicionado (Consolidado)

A Companhia efetuou a eliminação de alguns valores das suas controladas na coluna Administração central e outros que estavam sendo eliminados na coluna Eliminações e ajustes. Estas alterações não modificaram os valores consolidados totais (nota explicativa nº 29).

4 Principais políticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na nota nº 4, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Portanto, estas informações trimestrais individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de setembro de 2017.

5 Investimento de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Fundos de investimentos (a)	286.178	350.366	1.728.867	2.133.514
Outros	-	-	4.130	3.621
Total	286.178	350.366	1.732.997	2.137.135

- (a) A variação no saldo foi influenciada principalmente pelos investimentos para liquidação de despesas operacionais, juntamente com as atividades de investimento próprios e PLPT e atividades de financiamento.

Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras com classificação de risco acima de AA e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. As operações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual, em 30 de setembro de 2017, em torno de 101,05% (102,81% em 31 de dezembro de 2016) e classificados como ativos financeiros ao valor justo.

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

6.1 Composição dos saldos

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Contas a receber de consumidores faturados	1.460.916	1.587.366
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	312.293	272.652
Parcelamentos (b)	1.272.385	973.436
Baixa renda e viva luz	69.233	62.375
Outras	125.470	123.286
Total	3.240.297	3.019.115
(-) Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(404.135)	(355.007)
Total contas a receber clientes	2.836.162	2.664.108
Total circulante	2.322.915	2.292.104
Total não circulante	513.247	372.004

As variações dos saldos nas rubricas de contas a receber de consumidores faturados e parcelamentos, referem-se, respectivamente, a melhora na arrecadação ocasionada pelo aumento das ações de cobrança; e negociações dos débitos dos clientes inadimplentes com mais de cinco faturas. O maior impacto destas variações decorrem da controlada CELPA.

- (a) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico de 2015; e
- (b) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica das controladas CEMAR e CELPA, podem ser efetuados com prazo de até 48 vezes, no entanto a parcela deve ficar em um patamar de até 30% da fatura do cliente. Os parcelamentos possuem juros de 1% a.m. O crescimento de parcelamentos deve-se, principalmente, às novas ações de combate à inadimplência que foram implementadas a partir de dezembro de 2016 principalmente nos clientes que já possuíam parte da dívida provisionadas em perdas. Parte destas dividas foram negociadas com os clientes a medida que eles já não possuíam capacidade de pagar o débito total.

6.2 Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber (CEMAR e CELPA)

	Consolidado			
	31/12/2016	Provisões adições	Reversões (baixas)	30/09/2017
Contas a receber de consumidores faturados (a)	253.236	151.626	(162.024)	242.838
Parcelamentos	91.416	79.583	(21.954)	149.045
Outras	10.355	10.344	(8.447)	12.252
Total	355.007	241.553	(192.425)	404.135

- (a) A controlada CELPA reavaliou os títulos de consumidores por vencimento e verificou-se um total de R\$ 153.364 (R\$ 399.964 em 31 de dezembro de 2016) encontravam-se vencidos há mais de 360 dias. Assim, a Companhia realizou a baixa dos mesmos, levando em consideração os prazos legalmente estabelecidos. A referida baixa não impactou o resultado do período, visto que os títulos baixados estavam provisionados.

A constituição da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 (critérios mencionados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016) do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

a. Contas a receber de consumidores faturados (CEMAR e CELPA)

Consolidado				
30/09/2017				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	255.856	358.135	107.590	721.581
Industrial	70.239	18.142	41.654	130.035
Comercial	157.444	72.987	43.684	274.115
Rural	17.935	18.517	26.462	62.914
Poder público	75.640	69.841	35.267	180.748
Iluminação pública	15.777	6.817	19.196	41.790
Serviço público	18.019	12.589	19.125	49.733
Total fornecimento faturado	610.910	557.028	292.978	1.460.916

Consolidado				
31/12/2016				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	310.424	392.818	123.878	827.120
Industrial	81.755	26.068	51.024	158.847
Comercial	180.605	84.913	37.191	302.709
Rural	20.221	18.949	21.673	60.843
Poder público	131.119	7.120	4.772	143.011
Iluminação pública	57.973	8	744	58.725
Serviço público	34.803	797	511	36.111
Total fornecimento faturado	816.900	530.673	239.793	1.587.366

b. Parcelamentos

Consolidado				
30/09/2017				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	310.424	392.818	123.878	827.120
Industrial	81.755	26.068	51.024	158.847
Comercial	180.605	84.913	37.191	302.709
Rural	20.221	18.949	21.673	60.843
Poder público	131.119	7.120	4.772	143.011
Iluminação pública	57.973	8	744	58.725
Serviço público	34.803	797	511	36.111
	816.900	530.673	239.793	1.587.366

Consolidado				
31/12/2016				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	538.879	49.490	59.107	647.476
Industrial	44.245	4.986	13.338	62.569
Comercial	83.289	8.662	10.916	102.867
Rural	22.092	2.323	4.799	29.214
Poder público	77.468	4.960	4.254	86.682
Iluminação pública	16.581	761	319	17.661
Serviço público	23.568	2.576	823	26.967
	806.122	73.758	93.556	973.436

7 Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

A conta de compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, em que a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	30/09/2017
Parcela A						
CDE - conta de desenvolvimento energético	(8.960)	(40.720)	(820)	(896)	10.469	(40.927)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	13.023	(467)	(1.081)	496	(10.869)	1.102
Rede básica	6.441	38.071	4.285	420	(1.656)	47.561
Compra de energia - CVA	(a) 254.424	131.315	53.593	24.240	(96.783)	366.789
ESS - encargos do serviço do sistema	(b) (125.307)	(204.828)	(6.886)	(12.219)	74.745	(274.495)
	<u>139.621</u>	<u>(76.629)</u>	<u>49.091</u>	<u>12.041</u>	<u>(24.094)</u>	<u>100.030</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia	(c) (8.129)	138.477	(7.346)	4.108	8.401	135.511
Exposição financeira	(d) (66.420)	67.431	(43.580)	101	42.468	-
Eletronuclear	245	-	(47)	-	(198)	-
Neutralidade	(62.611)	46.950	17.126	123	24.997	26.585
CEPISA violação do limite de continuidade	75	86	(61)	(75)	424	449
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(77.488)	(35.379)	-	(7.026)	-	(119.893)
Ativo regulatório ANGRA III	(e) -	56.487	5.208	1.476	(7.642)	55.529
Outros	1.682	3.187	(2.320)	297	(1.397)	1.449
	<u>(212.646)</u>	<u>277.239</u>	<u>(31.020)</u>	<u>(996)</u>	<u>67.053</u>	<u>99.630</u>
Total	<u>(73.025)</u>	<u>200.610</u>	<u>18.071</u>	<u>11.045</u>	<u>42.959</u>	<u>199.660</u>
Total circulante	(71.524)					136.570
Total não circulante	(1.501)					63.090

- (a) A variação observada representa um aumento dos custos com os novos contratos vigentes a partir de 2017 acrescido de maiores despesas com o risco hidrológico e efeito disponibilidade que são resultados dos custos repassados às distribuidoras CEMAR e CELPA para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo cenário em que a situação hidrológica ainda está abaixo do nível esperado, o acionamento de térmicas com PLD elevado se faz necessário, incorrendo em maiores custos;
- (b) O Encargo de Serviço do Sistema está relacionado ao pagamento de Usinas Térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD. A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema – ONS para garantir a segurança energética do Sistema. No reajuste anual das controladas CELPA e CEMAR o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior as despesas efetivamente pagas pelas empresas, o que no procedimento de modicidade tarifária resulta na devolução via passivo regulatório. Com isso no período findo em 30 de setembro de 2017, a conta de ESS realizou-se abaixo da cobertura tarifária, o que resulta em uma constituição passiva de R\$ 68.900 na controlada CEMAR, e R\$ 135.928 na controlada CELPA oriundo do cenário de redução da quantidade de despacho térmico (nota de movimentação da CVA). Acrescenta-se ainda o recebimento de receitas da Conta de Energia de Reserva, CONER.
- (c) No período findo em 30 de setembro de 2016 o PLD teve média de R\$ 82,85 e R\$ 82,94 a cada MWh, sendo inferior ao mesmo período em 2017, que teve um preço médio de R\$ 201,66 e R\$ 206,24 respectivamente nas controladas CEMAR e CELPA para cada MWh, e com isso constituindo um componente ativo do ano de 2017, portanto, a sobrecontratação será constituída entre a diferença do PLD e o preço médio de compra da distribuidora, associado a montante negociado ao mercado de curto prazo;
- (d) Após o reajuste de 2017, a ANEEL alterou a forma de contabilizar a exposição financeira colocando-a dentro da compra de energia; e
- (e) Refere-se ao recálculo das tarifas dos agentes de distribuição de maneira a excluir do Encargo de Energia de Reserva (EER) a parcela correspondente à contratação da usina nuclear de Angra III no ano de 2016. Em dezembro de 2015, por meio do Despacho n. 4.043, a ANEEL determinou o não recolhimento do encargo para os anos de 2016 e 2017, devido às obras da usina não terem sido concluídas.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário das controladas CEMAR e CELPA adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução

Homologatória nº 2.289, de 22 de agosto de 2017, a ANEEL realizou a revisão tarifária da controlada CEMAR, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2017 com vigência até 27 de agosto de 2018, e através da Resolução Homologatória nº 2.284, de 31 de agosto de 2017, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da controlada CELPA, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 7 de agosto de 2017 com vigência até 6 de agosto de 2018.

Nesse processo as CVA contabilizadas pelas controladas são validadas devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado pela CEMAR e CELPA e o concedido pela ANEEL no mesmo período. As tarifas de aplicação das controladas ficam em média, reajustadas em 12,88% na CEMAR e 7,19% na CELPA, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas das Controladas.

8 Outros créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Circulante				
Valores a recuperar de empregados	-	-	4.090	1.778
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	9.565	4.402
Alienação de bens e direitos	-	-	5.215	5.191
Crédito ressarcimento de energia	-	-	3.508	2.665
Créditos em conta de energia elétrica	-	-	1.140	1.374
Despesas pagas antecipadamente	-	-	897	897
Arrecadação de convênios ¹ (b)	-	-	47.268	13.995
Neutralidade PIS/COFINS (c)	-	-	32.830	4.967
Subvenção descontos tarifários ¹ (d)	-	-	71.142	14.753
Outros créditos a receber (e)	2.276	2.665	40.789	39.220
Total	<u>2.276</u>	<u>2.665</u>	<u>216.444</u>	<u>89.242</u>
Não circulante				
Valores a liberar (e)	-	-	14.862	16.140
Caução em garantia (f)	-	-	60.002	49.170
Cessão de crédito - CELPA	8.480	48.219	-	-
Outros créditos a receber	59	-	8.544	1.655
Total	<u>8.539</u>	<u>48.219</u>	<u>83.408</u>	<u>66.965</u>

- (a) Pagamento antecipado das cotas de custeio do PROINFA da controlada CELPA;
- (b) Referem-se, principalmente, às taxas administrativas de faturamento da contribuição de iluminação pública;
- (c) Diferenças apuradas entre o PIS/COFINS resultantes da aplicação das alíquotas médias equivalentes sobre areceita do mês de referência e os valores efetivamente arrecadados no mês de vigência da alíquota média equivalente
- (d) Referem-se aos valores de subsídio CCEE conforme Nota Técnica da ANEEL nº 226 de 26 de julho de 2017;
- (e) O montante tem como principais saldos as operações com a controlada CELPA: i) R\$ 18.505 de uso mútuo de poste, que é o compartilhamento da infraestrutura da disponibilidade de energia elétrica, contabilizados; ii) R\$ 9.679 refere-se a incorporação de

¹ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia em 31 de dezembro de 2016 discriminou em rubricas específicas “arrecadação de convênios”, “subvenção descontos tarifários” e “neutralidade PIS/COFINS” antes classificados como “outros créditos a receber” e refez a composição de “valores a recuperar de empregados” e “alienação de bens e direitos”.

rede, participação financeira de obras conforme Resolução 223/229/414 - ANEEL; e iii) R\$ 12.608 outros valores diversos a receber;

- (f) A controlada CELPA possui saldo de valores a liberar com o Banco Daycoval no montante de R\$ 14.862 bloqueado em decorrência dos contratos de financiamentos repactuados através do Plano de Recuperação Judicial; e
- (g) Refere-se ao saldo da controlada CELPA em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP), junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a STN e que se destinam a amortizar os valores de principal desses empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024;

9 Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas controladas, acionistas e suas partes relacionadas profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de março de 2008, que aprovou o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Não houve alterações significativas no período em relação às divulgações realizadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores. A remuneração foi fixada em até R\$ 15.500, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de maio de 2017.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo 30 de setembro de 2017:

Conselho de Administração

Remuneração fixa: 100%

Diretoria

Remuneração fixa: 19%

Remuneração variável: 65%

Remuneração baseada em ações: 16%

Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	7	7	14
Remuneração Fixa Anual	810	1.758	2.568
Salário ou Pró-labore	810	1.660	2.470
Benefícios diretos e indiretos	-	98	98
Remuneração variável	-	6.033	6.033
Bônus	-	6.033	6.033
Benefícios pós emprego	-	11	11
Remuneração baseada em ações	-	1.535	1.535
Valor total da remuneração por órgão	810	9.337	10.147

10 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Atualização do ativo financeiro (a)</u>	<u>Capitalização</u>	<u>Baixas</u>	<u>Constituição</u>	<u>30/09/2017</u>
Ativo financeiro	3.747.057	65.205	440.282	(10.598)	9.682	4.251.628
Obrigações especiais	(1.144.833)	(8.437)	(73.661)	5.214	-	(1.221.717)
Total	<u>2.602.224</u>	<u>56.768</u>	<u>366.621</u>	<u>(5.384)</u>	<u>9.682</u>	<u>3.029.911</u>

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão das controladas CEMAR e CELPA, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário.

A concessão das controladas CEMAR e CELPA não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

11 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e nas controladas em conjunto são conforme a seguir demonstradas:

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Avaliados por equivalência patrimonial:					
CEMAR	65,11%	1.741.410	1.609.904	-	-
CELPA	96,50%	1.997.308	1.777.825	-	-
Geradora de Energia do Norte	25,00%	88.649	83.027	88.649	83.027
Vila Velha	50,00%	3.300	3.300	3.300	3.300
55 Soluções	100,00%	54.070	38.021	-	-
Transmissora SPE 01	100,00%	7.052	-	-	-
Transmissora SPE 02	100,00%	7.315	-	-	-
Transmissora SPE 03	100,00%	9.051	-	-	-
Transmissora SPE 04	100,00%	17.121	-	-	-
Transmissora SPE 05	100,00%	6.715	-	-	-
Transmissora SPE 06	100,00%	8.481	-	-	-
Transmissora SPE 07	100,00%	16.310	-	-	-
Transmissora SPE 08	100,00%	12	-	-	-
Subtotal		<u>3.956.794</u>	<u>3.512.077</u>	<u>91.949</u>	<u>86.327</u>
Outros investimentos		-	-	9.943	9.995
Total		<u>3.956.794</u>	<u>3.512.077</u>	<u>101.892</u>	<u>96.322</u>

11.1 Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto

	CEMAR	CELPA	Geradora de Energia do Norte	Vila Velha	55 Soluções	SPE 01	SPE 02	SPE 03	SPE 04	SPE 05	SPE 06	SPE 07	SPE 08	Equatorial Transmissão	Total
Saldo em 31 de dezembro 2016	1.609.904	1.777.825	83.027	3.300	38.021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.512.077
Aumento de capital	-	-	-	-	-	7.043	7.306	9.049	17.161	6.710	8.483	16.194	-	-	71.946
Aquisição novo investimento	-	-	-	-	-	10	10	10	10	10	10	10	10	10	90
Dividendos adicionais	(81.988)	(18.862)	(11.679)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(112.529)
Resultado da equivalência patrimonial	217.936	238.345	17.301	-	16.049	(1)	(1)	(8)	(50)	(5)	(12)	106	2	(1.078)	488.584
Provisão desvalorização investimento permanente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.068	1.068
Amortização do direito de concessão (a)	(4.442)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.442)
Saldo em 30 de setembro de 2017	<u>1.741.410</u>	<u>1.997.308</u>	<u>88.649</u>	<u>3.300</u>	<u>54.070</u>	<u>7.052</u>	<u>7.315</u>	<u>9.051</u>	<u>17.121</u>	<u>6.715</u>	<u>8.481</u>	<u>16.310</u>	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>3.956.794</u>

(a) Refere-se a amortização do intangível sobre direito de concessão pela aquisição da controlada CEMAR, onde será amortizado até o final da concessão em 2030.

11.2 Conciliação do investimento

2017								
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	PPA Resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Saldo ágio/PPA/Provisão para perdas	Total do investimento
CEMAR	65,1087%	2.385.001	334.724	-	217.936	1.552.843	188.567	1.741.410
CELPA	96,4992%	2.346.089	247.623	(631)	238.345	2.263.957	(266.649)	1.997.308
Geradora de Energia do Norte Vila Velha	25,0000%	309.072	68.923	288	17.301	77.268	11.381	88.649
	50,0000%	6.600	-	-	-	3.300	-	3.300
55 Soluções	100,0000%	54.070	16.049	-	16.049	54.070	-	54.070
Transmissora SPE 01	100,0000%	7.052	(1)	-	(1)	7.052	-	7.052
Transmissora SPE 02	100,0000%	7.315	(1)	-	(1)	7.315	-	7.315
Transmissora SPE 03	100,0000%	9.051	(8)	-	(8)	9.051	-	9.051
Transmissora SPE 04	100,0000%	17.121	(50)	-	(50)	17.121	-	17.121
Transmissora SPE 05	100,0000%	6.715	(5)	-	(5)	6.715	-	6.715
Transmissora SPE 06	100,0000%	8.481	(12)	-	(12)	8.481	-	8.481
Transmissora SPE 07	100,0000%	16.310	106	-	106	16.310	-	16.310
Transmissora SPE 08	100,0000%	12	2	-	2	12	-	12
Equatorial Transmissão	100,0000%	(1.068)	(1.078)	-	(1.078)	(1.068)	1.068	-
		<u>5.171.821</u>	<u>666.272</u>	<u>(343)</u>	<u>488.584</u>	<u>4.022.427</u>	<u>(65.633)</u>	<u>3.956.794</u>

2016

Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	PPA Resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Saldo ágio/PPA	Total do investimento
CEMAR	65,1087%	2.176.199	399.794	-	260.301	1.416.895	193.009	1.609.904
CELPA	96,4992%	2.118.012	351.556	45.918	383.560	2.043.864	(266.039)	1.777.825
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	286.584	111.136	385	27.879	71.646	11.381	83.027
Vila Velha	50,0000%	6.600	-	-	-	3.300	-	3.300
55 Soluções	100,0000%	38.021	11.008	-	11.008	38.021	-	38.021
		<u>4.625.416</u>	<u>873.494</u>	<u>46.303</u>	<u>682.748</u>	<u>3.573.726</u>	<u>(61.649)</u>	<u>3.512.077</u>

11.3 Informações das controladas e controladas em conjunto

	Participação societária	Balanco patrimonial				Resultado						
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Saldos em 30/09/2017												
CEMAR	65,1087%	2.418.843	1.849.472	3.557.529	1.741.899	2.385.001	2.408.356	782.225	(349.004)	(23.277)	(75.220)	334.724
CELPA	96,4992%	2.811.285	1.944.207	5.284.356	3.805.345	2.346.089	3.670.021	987.263	(543.233)	(154.894)	(41.513)	247.623
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	235.691	203.782	573.667	296.793	309.072	319.115	109.516	(11.135)	(17.092)	(12.366)	68.923
Vila Velha	50,0000%	-	-	6.600	-	6.600	-	-	-	-	-	-
55 Soluções	100,0000%	46.333	24.119	32.020	164	54.070	78.403	60.259	(38.881)	1.546	(6.874)	16.050
Transmissora SPE 01	100,0000%	1.428	1.005	10.559	3.930	7.052	958	21	-	(22)	-	(1)
Transmissora SPE 02	100,0000%	1.458	985	9.152	2.310	7.315	948	20	-	(21)	-	(1)
Transmissora SPE 03	100,0000%	765	1.146	11.642	2.210	9.051	217	3	-	(8)	(3)	(8)
Transmissora SPE 04	100,0000%	1.241	1.043	19.733	2.810	17.121	572	19	-	(69)	-	(50)
Transmissora SPE 05	100,0000%	998	2.219	9.566	1.630	6.715	456	4	-	(6)	(3)	(5)
Transmissora SPE 06	100,0000%	1.025	2.019	11.175	1.700	8.481	153	(1)	-	(6)	(5)	(12)
Transmissora SPE 07	100,0000%	1.180	6.658	26.538	4.750	16.310	6.608	148	-	(42)	-	106
Transmissora SPE 08	100,0000%	880	722	5.504	5.650	12	11	(1)	-	3	-	2
Equatorial Transmissão	100,0000%	327	1.680	1.166	881	(1.068)	-	(993)	(86)	1	-	(1.078)
		<u>5.521.454</u>	<u>4.039.057</u>	<u>9.559.207</u>	<u>5.870.072</u>	<u>5.171.821</u>	<u>6.485.818</u>	<u>1.938.483</u>	<u>(942.339)</u>	<u>(193.887)</u>	<u>(135.984)</u>	<u>666.273</u>

Equatorial Energia S.A.
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2017

	Participação societária	Balço patrimonial					Resultado					
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do período
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Saldos em 31/12/2016												
CEMAR	65,1087%	2.337.609	1.281.632	3.290.584	2.170.362	2.176.199	3.064.644	915.743	(463.149)	36.819	(89.619)	399.794
CELPA	96,4992%	3.035.484	2.084.922	4.756.509	3.589.059	2.118.012	4.513.037	1.085.403	(546.446)	(117.478)	(69.923)	351.556
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	116.431	98.191	572.980	304.636	286.584	413.961	166.921	(12.724)	(22.966)	(20.095)	111.136
Vila Velha	50,0000%	-	-	6.600	-	6.600	-	-	-	-	-	-
55 Soluções	100,0000%	33.447	24.676	30.335	1.085	38.021	73.619	72.132	(59.058)	1.223	(3.289)	11.008
		5.522.971	3.489.421	8.657.008	6.065.142	4.625.416	8.065.261	2.240.199	(1.081.377)	(102.402)	(182.926)	873.494

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia possui valores relativos a “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de R\$ 25.871, com as empresas de Transmissão.

A Companhia celebrou, em 30 de agosto de 2017, Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição das ações representativas de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social total da sociedade Integração Transmissora de Energia S.A. (“Intesa”). A conclusão da operação está sujeita à verificação de determinadas condições precedentes.

12 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

30/09/2017					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,37%	9.542.633	(4.186.465)	(1.728.637)	3.627.531
Em curso		1.393.677	-	(341.803)	1.051.874
Contrato de concessão		291.810	(103.243)	-	188.567
Total		11.228.120	(4.289.708)	(2.070.440)	4.867.972

31/12/2016					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,22%	9.151.586	(3.832.123)	(1.802.386)	3.517.077
Em curso		1.390.888	-	(452.333)	938.555
Contrato de concessão		291.810	(98.801)	-	193.009
Total		10.834.284	(3.930.924)	(2.254.719)	4.648.641

Movimentação do ativo intangível:

	31/12/2016	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência	30/09/2017
Em serviço	9.151.586	7.709	(83.256)	466.594	9.542.633
(-) Amortização	(3.832.123)	(398.074)	43.732	-	(4.186.465)
Total em serviço	5.319.463	(390.365)	(39.524)	466.594	5.356.168
Em curso	1.390.888	909.665	-	(906.876)	1.393.677
Total em curso	1.390.888	909.665	-	(906.876)	1.393.677
Obrigações especiais	(3.072.480)	(33.308)	42.135	73.661	(2.989.992)
(-) Amortização	817.761	112.299	(10.508)	-	919.552
Total em obrigações especiais	(2.254.719)	78.991	31.627	73.661	(2.070.440)
Direito de concessão	291.810	-	-	-	291.810
(-) Amortização	(98.801)	(4.442)	-	-	(103.243)
Total de direito de concessão	193.009	(4.442)	-	-	188.567
Total	4.648.641	593.849	(7.897)	(366.621)	4.867.972

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído conforme a seguir demonstrado:

Intangível em curso	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Obras em andamento	1.178.021	1.202.692
Materiais em depósitos	187.423	157.013
Adiantamento a fornecedores	45.248	47.998
Provisão para perdas	(17.015)	(16.815)
Total	1.393.677	1.390.888

O intangível em curso, da controladas CEMAR e CELPA, teve um acréscimo em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhorias na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Suprimento de energia elétrica (a)	-	-	706.462	400.977
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	41.574	23.686
Materiais e serviços (b)	-	-	261.146	499.741
Outros	532	702	36.449	18.879
Total	532	702	1.045.631	943.283

- (a) No período até 30 de setembro de 2017 os custos de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) aumento no PLD médio utilizado para liquidação de energia do mercado spot no valor de R\$ 206,24, cujo valor médio para o exercício de 2016 ficou em R\$ 65,01 por MWh; ii) aumento da despesa da exposição financeira influenciada pela variação de 251% do preço médio dos submercados; e iii) aumento da despesa de risco hidrológico relacionada a geração física das usinas cotistas, que ficou em 80% a sua capacidade de geração, sendo que por contrato devem entregar 95% da sua geração; e
- (b) A principal variação ocorreu na controlada CELPA, pela liquidação de compra de combustível do fornecedor Petrobras que tem seu repasse atrelado ao recebimento do reembolso CCC, além dos pagamentos a diversos fornecedores com programação de desembolso em 2016, sendo realizado somente em 2017.

14 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	Custo médio da dívida (%a.a.)	30/09/2017		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	4,64%	1.502	69.986	71.488
CCBI Citibank	4,15%	3.561	557.744	561.305
Operação Itaú	3,00%	130.653	-	130.653
Operação Santander	3,00%	131.468	-	131.468
Total moeda estrangeira		<u>267.184</u>	<u>627.730</u>	<u>894.914</u>
Moeda nacional				
Eletrobras	3,90%	32.578	148.722	181.300
Guanabara	13,03%	2.034	169	2.203
IBM	12,96%	14.097	4.542	18.639
BNDES	10,96%	243.576	1.282.891	1.526.467
Banco do Brasil	12,44%	320.716	3.578	324.294
BNB	8,50%	18.528	43.784	62.312
Caixa	6,00%	6.789	53.200	59.989
Finep	4,00%	1.126	1.682	2.808
Sudene	7,00%	7.570	27.149	34.719
Votorantim	4,50%	473	697	1.170
Subtotal		<u>647.487</u>	<u>1.566.414</u>	<u>2.213.901</u>
(-) Custo de captação		<u>(1.647)</u>	<u>(5.365)</u>	<u>(7.012)</u>
Total moeda nacional		<u>645.840</u>	<u>1.561.049</u>	<u>2.206.889</u>
Total		<u><u>913.024</u></u>	<u><u>2.188.779</u></u>	<u><u>3.101.803</u></u>

Custo médio da dívida (%a.a.)	31/12/2016			
	Principal e encargos			
	Circulante	Não circulante	Total	
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	2,66%	682	71.886	72.568
CCBI Itaú	1,99%	114.169	-	114.169
CCBI Citibank	3,76%	165.496	203.647	369.143
Operação Itaú	3,00%	133.448	-	133.448
Operação Santander	3,00%	133.355	-	133.355
Total moeda estrangeira		547.150	275.533	822.683
Moeda nacional				
Eletrobras	8,94%	55.874	214.411	270.285
Guanabara	14,00%	2.045	1.690	3.735
IBM	15,17%	22.239	17.120	39.359
BNDES	8,48%	178.891	1.281.913	1.460.804
Banco do Brasil	14,89%	32.545	285.021	317.566
BNB	8,50%	18.639	57.372	76.011
Caixa	6,00%	4.456	56.997	61.453
Finep	4,00%	1.128	2.523	3.651
Sudene	7,00%	6.995	30.534	37.529
Votorantim	4,50%	474	1.050	1.524
Subtotal		323.286	1.948.631	2.271.917
(-) Custo de captação		(2.225)	(6.511)	(8.736)
Total moeda nacional		321.061	1.942.120	2.263.181
Total		868.211	2.217.653	3.085.864

Em 30 de setembro de 2017 os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 8,49% a.a, equivalente a 73,64% do CDI (de 11% a.a, equivalente a 80,67% do CDI, em 31 de dezembro de 2016).

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/09/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	913.024	29%	868.211	28%
2018	93.702	3%	785.825	25%
2019	365.726	12%	383.455	12%
2020	695.492	22%	335.964	11%
2021	480.472	15%	230.956	8%
Após 2021	558.752	18%	487.964	16%
Subtotal	2.194.144	71%	2.224.164	72%
Custo de captação (Não circulante)	(5.365)	0%	(6.511)	0%
Não circulante	2.188.779	71%	2.217.653	72%
Total	3.101.803	100%	3.085.864	100%

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos é conforme apresentada a seguir:

	<u>Moeda Nacional</u>		<u>Moeda estrangeira (USD)</u>		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	321.060	1.942.121	547.151	275.532	3.085.864
Ingressos	-	155.619	-	542.500	698.119
Encargos	109.870	2.265	21.006	-	133.141
Variação monetária e cambial	14.072	25.766	(19.062)	1.691	22.467
Transferências	565.867	(565.867)	191.993	(191.993)	-
Amortizações de principal	(261.590)	-	(455.709)	-	(717.299)
Pagamentos de juros	(103.971)	-	(18.195)	-	(122.166)
Custo de captação	194	1.145	-	-	1.339
Transferências de transação	338	-	-	-	338
Saldos em 30 de setembro de 2017	<u>645.840</u>	<u>1.561.049</u>	<u>267.184</u>	<u>627.730</u>	<u>3.101.803</u>

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pelas controladas CEMAR e CELPA possuem *covenants* e garantias financeiras, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período findo de 30 de setembro de 2017, as Controladas CEMAR e CELPA mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Debêntures (Consolidado)

A movimentação das debêntures nas controladas CEMAR e CELPA no período é conforme apresentada a seguir:

	<u>Consolidado</u>		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	118.740	1.629.727	1.748.467
Ingressos	-	23.000	23.000
Encargos	117.324	-	117.324
Transferência	93.334	(93.334)	-
Amortização do principal	(33.790)	-	(33.790)
Pagamento de juros	(71.931)	-	(71.931)
Variação monetária	23.544	(7.874)	15.670
Custo de captação	8	2.337	2.345
Saldos em 30 de setembro de 2017	<u>247.229</u>	<u>1.553.856</u>	<u>1.801.085</u>

As parcelas relativas as debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	30/09/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	247.229	14%	118.740	7%
2018	66.660	4%	180.442	10%
2019	701.440	39%	697.578	40%
2020	134.760	7%	135.066	8%
2021	359.814	20%	354.751	20%
Após 2021	303.518	16%	276.564	16%
Não circulante	1.566.192	87%	1.644.401	94%
Custo de captação - Não circulante	(12.336)	(1%)	(14.674)	(1%)
Total não circulante	1.553.856	89%	1.629.727	93%
Total	1.801.085	100%	1.748.467	100%

As controladas da Companhia possuem sete emissões vigentes:

CELPA

Primeira emissão de debêntures

Em 25 de julho de 2016, a CELPA realizou a Primeira Emissão de Debêntures, cuja liquidação distribuição foi realizada encerrada em 05 de agosto de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em série única, no montante total de R\$ 100.000, com vencimento em maio de 2020 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Debêntures contratadas com taxa equivalente à IPCA + 9,0% a.a., com amortização de 50% em 30 de maio de 2019 e 50% em 30 de maio de 2020.

Segunda emissão de debêntures

Em 13 de outubro de 2016, a CELPA realizou a Segunda Emissão de Debêntures cuja distribuição foi encerrada em 01 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em até duas séries, sendo a primeira série no montante total de R\$ 60.000 com vencimento em janeiro de 2024 destinando-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Custo de contratação da primeira série é IPCA + 8,04% a.a., com amortização em três parcelas iguais a partir de 15 de janeiro de 2022.

Terceira emissão de debêntures

Em 11 de novembro de 2016, a CELPA realizou a Terceira Emissão de Debêntures, cuja liquidação distribuição foi realizada encerrada em 26 de dezembro de 2016, sendo uma emissão aberta de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da controladora Equatorial Energia no montante de R\$ 300.000, dividido em duas séries de R\$ 199.069 e R\$ 100.931, com vencimento em dezembro de 2021 e dezembro de 2023 respectivamente, destinaram-se prioritariamente para implementação do programa de investimentos da CELPA. Contrato ao custo de IPCA + 6,70% a.a. para a 1ª e, IPCA + 6,87% a.a. para 2ª série.

Quarta emissão de debêntures

Em 05 de dezembro de 2016, a CELPA realizou a Quarta Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi realizada encerrada em 28 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da controladora Equatorial Energia, em série única, no montante total de R\$ 500.000, com vencimento em dezembro de 2019 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da CELPA.

CEMAR

Quarta emissão de debêntures

Em 22 de setembro de 2012 encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 280.000, dividido em duas séries de R\$ 101.380 e R\$ 178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da CEMAR. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de CDI + 1,08% a.a. e 2ª série com IPCA + 5,90% a.a. com amortizações semestrais da 1ª série e anuais da 2ª série (primeira amortização em 22 de junho de 2016) com seus respectivos vencimentos em 21 de junho de 2018 e 22 de junho de 2020.

Sexta emissão de debêntures

Em 27 de outubro de 2014 encerrou-se a distribuição pública da 6ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 200.000 em uma única série, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da CEMAR. Debêntures contratada com taxa 113,2% CDI, a primeira amortização ocorreu em 13 de outubro de 2017 com vencimento em 14 de outubro de 2019.

Sétima emissão de debêntures

Em 01 de novembro de 2016 encerrou-se a distribuição pública da 7ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 270.000, dividido em duas séries de R\$ 155.000 e R\$ 115.000, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da CEMAR. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de IPCA + 5,48% a.a. e 2ª série com IPCA + 5,54% a.a. com amortização bullet e seus respectivos vencimentos em 15 de outubro de 2021 e 15 de outubro de 2023.

Covenants

As debêntures preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Controladas CEMAR e a CELPA atenderam a todos os indicadores requeridos contratualmente.

CEMAR

Covenants debêntures	4ª debêntures	6ª debêntures (a)	7ª debêntures
1º Dívida Líquida/EBITDA regulatório: <=3,25	1,16	1,16	1,16
2º EBITDA regulatório /Desp. Financ Líquida: >=1,5	19,3	N/A	19,3

(a) Na 6ª emissão debêntures não há exigência contratual para o cálculo do 2º índice.

CELPA

Covenants debêntures	1ª Debentures	2ª Debentures
1º Dívida Líquida/EBITDA regulatório: <=3,5	2,6	2,6
2º EBITDA regulatório /Despesa financeira líquida: >=2	3,8	3,8

Covenants debêntures	3ª Debentures	4ª Debentures
1º Dívida Líquida/EBITDA regulatório: <=3,5	2,5	2,5
2º EBITDA regulatório /Despesa financeira líquida: >=1,5	3,8	3,8

16 Impostos e contribuições a recolher

16.1 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Circulante		
ICMS	342.296	277.316
ICMS parcelamento	2.854	2.646
Parcelamento Federal PRT (a)	3.793	-
PIS e COFINS	53.752	50.897
Encargos sociais e outros	16.918	15.425
ISS	8.775	10.757
Total	428.388	357.041
Não circulante		
ICMS parcelamento	36.622	35.946
ISS	1.542	1.370
Total	38.164	37.316

(a) Em 31 de maio de 2017 a Equatorial Energia e suas controladas optaram pela quitação de débitos no âmbito parcelamento federal denominado Programa de Regularização Tributária - PRT, instituído pela Medida Provisória 766/2017 e Instrução Normativa RFB nº 1.687/2017, momento em que foi compensando um montante de R\$ 10.838 com prejuízos fiscais.

17 Impostos de renda e contribuição social diferidos

As controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32.

17.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Composição dos tributos diferidos

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
IRPJ prejuízos fiscais (a)	129.385	132.544
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(424.127)	(343.589)
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(69.856)	(76.957)
IRPJ e CSLL aquisição CELPA	49.721	49.607
Total	(314.877)	(238.395)

- (a) Os créditos de prejuízos fiscais são provenientes da controlada CEMAR.

A controlada CELPA possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não reconhecidos em seu ativo em 30 de setembro de 2017, por não atender às condições previstas no CPC 32 - Tributos sobre o lucro e na Deliberação CVM nº 371/2002. Tais créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 184.904 (R\$ 196.613 em 31 de dezembro de 2016), não possuem prazo de prescrição.

(ii) Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Provisão para contingências	79.894	83.377
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	132.600	120.702
Provisão para participação nos lucros	9.163	10.869
Tributos com exigibilidade suspensa	7.667	5.848
Depreciação acelerada	(431.814)	(394.704)
Provisão fundo de pensão	13.060	13.060
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(218.182)	(210.719)
SWAP	(12.911)	13.146
Outras despesas não dedutíveis	(3.604)	14.832
Total	(424.127)	(343.589)

(iii) Composição do IRPJ e CSLL aquisição CELPA

	30/09/2017	31/12/2016
Intangível - mais-valia concessão	(34.191)	(36.799)
Baixa de ativo Imobilizado	32.240	34.698
Contingências possíveis	42.522	42.558
Outras contas a pagar - PLPT	9.150	9.150
Total	49.721	49.607

17.2 Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais, oriundos da controlada CEMAR, possa ser feita até 2021, conforme demonstrado a seguir:

Expectativa de realização	2019	2020	2021	Total
Impostos diferidos	53.610	58.086	20.848	132.544

A controlada CEMAR realizou R\$ 3.158 de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no período findo em 30 de setembro de 2017, pois tem optado pela realização dos benefícios fiscais da depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2017.

17.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado consolidado, nos períodos findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016, está conforme demonstrada a seguir:

	30/09/2017		30/09/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	756.836	756.836	781.357	781.357
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	189.209	68.115	195.339	70.322
Adições:				
Provisão para contingências	72.859	21.091	62.266	22.416
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	168.341	58.591	34.715	12.497
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética P&D	-	-	18.948	6.821
Ajuste a valor presente	10.330	2.858	6.645	2.392
Variação de SWAP	47.104	7.286	111.441	40.118
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	7.387	1.880	6.017	2.166
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	7.820	2.815	7.911	2.848
Provisão para fundo de pensão	12.519	3.457	8.099	2.916
Provisão para participação nos lucros	9.155	2.425	6.716	2.418
Provisão para recuperação de ativos	4.253	1.531	4.129	1.486
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	7.543	1.833	18.029	6.491
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	12.177	4.384	-	-
Outras provisões	29.231	9.045	28.429	10.235
	388.719	117.196	313.345	112.804
Exclusões:				
Provisão para contingências	(78.669)	(22.012)	(67.555)	(24.320)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(184.914)	(55.442)	(108.260)	(38.974)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética e M.M.M	-	-	(16.194)	(5.830)
Variação de SWAP	(39.963)	(14.652)	(21.097)	(7.594)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(9.725)	(3.501)	(7.603)	(2.737)
Provisão para fundo de pensão	(12.908)	(3.457)	(9.179)	(3.305)
Provisão para participação nos lucros	(10.861)	(2.877)	(7.970)	(2.869)
Provisão para recuperação de ativos	(531)	(191)	(3.904)	(1.405)
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(25.127)	(6.666)	(44.054)	(15.859)
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	(4.307)	(1.550)	(25.459)	(8.378)
Depreciação acelerada	(58.755)	-	(62.376)	-
Outras provisões	(28.382)	(9.167)	(23.317)	(8.205)
	(454.142)	(119.515)	(396.968)	(119.476)
IRPJ e CSLL	123.786	65.796	111.716	63.650
Compensação base negativa de CSLL	-	(6.733)	-	(6.660)
Incentivo - PAT	(2.332)	-	(2.120)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(99)	-	(80)	-
Despesa IRPJ anos anteriores	-	-	1.032	372
IRPJ e CSLL no resultado do período	121.355	59.063	110.548	57.362
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	16%	8%	14%	7%
Ativo fiscal diferido	56.218	3.896	69.918	2.715
(-) IRPJ subvenção governamental	(105.742)	-	(97.298)	-
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL constituídos	-	-	7.600	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	71.831	62.959	90.768	60.077
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	9%	8%	12%	8%

Na controlada CEMAR em 30 de setembro de 2017, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 80.020 (R\$ 42.384 em 30 de setembro de 2016) e na controlada CELPA, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 54.684 (R\$ 54.314 em 30 de setembro de 2016).

18 Valores a pagar da recuperação judicial - CELPA

18.1 Composição da dívida

	30/09/2017	31/12/2016
Circulante		
Credores operacionais (a)	46.363	92.398
Encargos setoriais	11.481	36.049
Credores financeiros	1.212	-
(-) Ajuste a valor presente (b)	<u>(18.971)</u>	<u>(32.038)</u>
Total	<u>40.085</u>	<u>96.409</u>
Não circulante		
Credores operacionais	45.217	45.217
Encargos setoriais	-	2.658
Intragrupos	76.754	73.525
Credores financeiros (c)	1.197.073	1.180.924
(-) Ajuste a valor presente (b)	<u>(371.673)</u>	<u>(389.987)</u>
Total	<u>947.371</u>	<u>912.337</u>
Total	<u>987.456</u>	<u>1.008.746</u>

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação à controlada CELPA, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da mesma.
- (b) Em 30 de setembro de 2017, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$ 390.644, sendo R\$ 345.961 de empréstimos e financiamentos, R\$ 18.848 de credores operacionais, R\$ 25.712 de intragrupos, e R\$ 123 de encargos setoriais (Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$ 422.025, sendo R\$ 363.140 de empréstimos e financiamentos, R\$ 31.552 de credores operacionais, R\$ 26.847 de intragrupos, e R\$ 486 de encargos setoriais); e
- (c) É o grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, Bonds e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis.

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	30/09/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	40.085	4,1%	96.409	9,6%
2017	-	0,0%	-	0,0%
2018	45.217	4,6%	23.457	2,3%
2019	-	0,0%	12.016	1,2%
Após 2019	1.273.827	129,0%	1.266.851	125,6%
Subtotal	<u>1.319.044</u>	<u>134%</u>	<u>1.302.324</u>	<u>129%</u>
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante) ²	<u>(371.673)</u>	<u>(38%)</u>	<u>(389.987)</u>	<u>(39%)</u>
Não circulante	<u>947.371</u>	<u>95,9%</u>	<u>912.337</u>	<u>90,4%</u>
Total geral	<u>987.456</u>	<u>100%</u>	<u>1.008.746</u>	<u>100%</u>

² Para melhor análise e comparação com o período atual a companhia está apresentando os valores de ajuste a valor presente.

18.2 Movimentação dos valores a pagar de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2016	Reclassificação RJ (a)	Juros e encargos	Varição monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 30/09/2017
Credores operacionais	106.064	10.287	-	-	(56.322)	12.703	72.732
Encargos setoriais	34.065	-	-	1.756	(24.826)	365	11.360
Intragrupo	46.678	-	3.229	-	-	1.134	51.041
Credores financeiros	821.939	-	43.697	(10.210)	(20.282)	17.179	852.323
Total	1.008.746	10.287	46.926	(8.454)	(101.430)	31.381	987.456

(a) A Companhia reclassificou valores antes apresentados como fornecedor.

19 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias (Consolidado)

As controladas CEMAR e a CELPA são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração das Controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	30/09/2017		31/12/2016	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis (a)	141.106	138.278	134.816	137.128
Fiscais	47.729	24.787	38.202	16.131
Trabalhistas	51.997	48.727	74.154	43.598
Regulatórias	16.220	-	15.506	-
PPA CELPA	278.834	-	279.071	-
Total	535.886	211.792	541.749	196.857
Circulante	73.369	22.042	86.222	31.839
Não circulante	462.517	189.750	455.527	165.018

(a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 62.712 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Movimentação dos processos no período (Consolidado)

	31/12/2016		30/09/2017			
	Saldo	Adições	Utilização	Reversão de provisão	Atualização	Saldo
Cíveis	134.816	50.820	(39.942)	(19.955)	15.367	141.106
Fiscais	38.202	8.565	-	-	962	47.729
Trabalhistas	74.154	13.572	(20.989)	(15.288)	548	51.997
Regulatórias	15.506	216	(623)	(167)	1.288	16.220
PPA CELPA (a)	279.071	-	-	(237)	-	278.834
Total	541.749	73.173	(61.554)	(35.647)	18.165	535.886

- (a) PPA CELPA - são provenientes de estimativa de valor do desembolso das causas possíveis de acordo com análises do departamento jurídico da controlada CELPA.

Cíveis

As controladas figuram como réis em 29.991 processos cíveis (25.413 processos em 2016), sendo que 21.975 tramitam em Juizados Especiais (18.396 processos em 2016), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 425.771 (R\$ 434.125 em 31 de dezembro de 2016) para as quais não foram constituídas provisões.

Fiscais

A CEMAR e a CELPA figuram como réis em 207 processos fiscais (167 processos em 2016), sendo que 110 processos da controlada CEMAR (72 processos em 2016), não estão avaliados com possibilidade de perda provável.

Em 01 de abril de 2015 entrou em vigor o decreto n. 8.426/2015 que restabeleceu as alíquotas de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Controlada CEMAR entende que esse decreto não somente cometeu violação clara ao princípio da legalidade em matéria tributária, mas também ao princípio da não cumulatividade e ao disposto no art. 195, §§ 9º e 12, da Constituição Federal. Diante disso a Companhia optou por provisionar e depositar em juízo os valores apurados, no montante de R\$ 8.565 (R\$ 16.555 em 31 de dezembro de 2016).

Além dos processos provisionados, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 46.132 (R\$ 46.268 em 31 de dezembro de 2016) para as quais não foram constituídas provisões.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 2.241 (2.372 processos em 2016) reclamações ajuizadas por ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 86.460 (R\$ 91.816 em 31 de dezembro de 2016) para as quais não foram constituídas provisões.

Regulatórias

O valor a ser provisionado nesse item corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas na CEMAR e na CELPA, provenientes de:

- Autos de Infração (AI) emitidos pelo órgão regulador do setor elétrico - a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Termos de Notificação (TN) emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CEEE, quando se tratarem de infrações relacionadas à comercialização de energia elétrica;
- Penalidades emitidas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), quando se tratarem de infrações relacionadas à operação do sistema elétrico; e
- Sanções Administrativas provenientes dos órgãos de defesa do consumidor.

20 Outras contas a pagar (Consolidado)

	30/09/2017	31/12/2016
Circulante		
Adiantamentos de consumidores (a)	49.482	72.227
ANEEL - autos de infração	3.010	11.406
Convênios de arrecadação (b)	43.881	26.477
Encargos tarifários	13.920	10.112
Outras apropriações fornecedores	10.800	10.846
Multas regulatórias	17.950	16.465
Cauções	10.763	8.478
Aquisição CELPA (c)	60.000	60.000
Questionamentos tributários - CCC (d)	335.418	165.333
Outras contas a pagar (e)	58.744	38.547
	<u>603.968</u>	<u>419.891</u>
Total circulante		
Não circulante		
ANEEL - autos de infração	26.835	22.274
Questionamentos tributários - CCC	-	158.045
Outras contas a pagar	25.521	35.729
	<u>52.356</u>	<u>216.048</u>
Total não circulante		
Total	<u>656.324</u>	<u>635.939</u>

- (a) Refere-se a adiantamento recebido com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pela Companhia e suas controladas, ao consumidor;
- (b) Refere-se a remuneração dos serviços prestados pela Companhia para o setor público referente a arrecadação de CIP – Contribuição de Iluminação Pública.
- (c) Refere-se a saldo a ser restituído referente ao Programa Luz Para Todos. O valor do ajuste foi estimado pela Administração da Empresa quando da aquisição da controlada CELPA;
- (d) Refere-se a questionamentos tributários a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa nº 427/11. A variação ocorrida durante o período findo 30 de setembro de 2017 deve-se, basicamente, à atualização IPCA e à inclusão dos novos valores de ICMS, PIS e COFINS da controlada CELPA.
- (e) O montante tem como principais saldos as operações com as controladas: i) R\$ 18.347 de neutralidade PIS/COFINS da controlada CEMAR ii) 21.179 referente a provisões de despesa da controlada CELPA; iii) 10.600 referente a credores operacionais de recuperação judicial da controlada CELPA e iv) R\$ 8.617 referente a outros valores diversos a pagar.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 2.227.021 (R\$ 1.981.985 em 31 de dezembro de 2016) e sua composição por classe de ações e principais acionistas está assim demonstrada:

Acionistas	ON	%
Squadra Investimentos	29.215.020	14,70%
Opportunity	19.526.839	9,83%
BlackRock	11.459.825	5,77%
GIC	10.022.167	5,04%
Administradores	614753	0,31%
Demais minoritários	127.904.863	64,36%
Total	198.743.467	100%

A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 300.000 (trezentos milhões) de ações, mediante a emissão de novas ações ordinárias. Dentro do limite de capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples, conversíveis em ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei. O Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços a Companhia ou a sociedade sob seu controle, desde que esta não tenha o condão de possibilitar a alteração do controle da Companhia.

A Companhia é listada no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, tendo exclusivamente ações ordinárias em sua base acionária e garantindo 100% de “Tag Along” aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

Em 8 de março de 2017 foi proposto pelo Conselho de Administração, e aprovado em Assembleia em 15 de maio de 2017, o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 243.734, mediante capitalização do saldo da reserva legal no valor de R\$ 173.734 e parte da reserva de investimento e expansão no valor de R\$ 70.000. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social.

22 Plano de opção de compra de ações

Quarto plano de opções de ações

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 21 de julho de 2014, a criação do Quarto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial (“Plano”). As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Plano não excederão 3,0% (três por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia (incluídas as ações emitidas em decorrência do exercício de Opções com base neste Plano), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite de capital autorizado da Companhia.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. Mais detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na Ata da AGE que o aprovou, a qual está disponível no site da Companhia e no site da CVM.

Preço de exercício das opções

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação, no período de até 180 dias que antecederem a Data de Outorga.

O Preço de Exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por Ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor das ações, sempre considerado o período compreendido entre a Data de Outorga e a data do exercício das Opções.

Beneficiários

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Durante o prazo de 1 (um) ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as Ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano.

Em 21 de julho de 2014, o Comitê de Administração do Plano outorgou 4.225.000 (quatro milhões, duzentos e vinte e cinco mil) Opções aos beneficiários do Plano, ao preço de R\$21,76 (vinte e um reais e setenta e seis centavos) por Opção.

Potencial de diluição

De acordo com as regras do Plano, a emissão potencial das opções remanescentes implicaria em uma diluição adicional para os atuais acionistas da Equatorial Energia S.A. equivalente a 3%, no máximo.

23 Receita operacional (Consolidado)

Em 30 de setembro de 2017 e 2016, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

30/09/2017			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	4.356.036	5.072.552	3.385.886
Industrial	12.160	1.454.679	393.094
Comercial	335.988	2.283.415	1.460.131
Rural	219.242	334.707	162.939
Poder público	42.600	667.483	511.462
Iluminação pública	1.604	662.651	278.936
Serviço público	8.828	402.092	129.733
Consumo próprio	532	18.839	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	111.543
Suprimento CCEE	-	-	36.938
Baixa renda	-	-	269.309
Subvenção CDE - Outros	-	-	180.480
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(37.276)
Receita de construção	-	-	927.972
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	606.442
Atualização do ativo financeiro	-	-	56.768
Outras	-	-	383.271
Total	4.976.990	10.896.418	8.857.628
30/09/2016			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	4.149.136	5.039.976	3.030.801
Industrial	12.552	1.482.994	550.721
Comercial	330.221	2.284.266	1.426.976
Rural	199.590	325.863	138.193
Poder público	42.546	664.793	479.455
Iluminação pública	1.543	720.439	263.519
Serviço público	8.537	411.703	115.259
Consumo próprio	586	31.328	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	15.696
Subvenção CDE – Outros ³	-	-	107.877
Suprimento CCEE	-	-	180.619
Baixa renda ²	-	-	245.261
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(31.255)
Receita de construção	-	-	1.025.402
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	36.202
Atualização do ativo financeiro ⁴	-	-	105.826
Outras	-	-	221.984
Total	4.744.711	10.961.362	7.912.536

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

³ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia reclassificou valores que estavam na rubrica “Outras” e “Baixa renda” para a rubrica “Subvenção CDE – Outros”.

⁴ Para o período de 2017 a Companhia ao rever suas práticas contábeis concluiu que a atualização do ativo financeiro da concessão, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, está melhor apresentada no grupo de receita operacional.

24 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	30/09/2017	30/09/2016
Fornecimento de energia elétrica	7.341.136	6.363.010
Receita de distribuição ⁵	6.331.199	6.084.627
Remuneração financeira WACC	223.015	134.304
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	606.442	36.202
Subvenção CDE – Outros	180.480	107.877
Suprimento de energia elétrica (b)	36.938	180.619
Receita pela disponibilidade - uso da rede ⁴	111.543	15.696
Receita de construção (c)	927.972	1.025.402
Atualização do ativo financeiro	56.768	105.826
Outras receitas ⁴	383.271	221.983
Receita operacional	8.857.628	7.912.536
ICMS sobre venda de energia elétrica	(1.372.128)	(1.250.877)
PIS e COFINS	(665.056)	(570.542)
Encargos do consumidor	(56.931)	(55.781)
ISS	(1.339)	(4.162)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(409.542)	(434.400)
Outros	(5.645)	(2.827)
Deduções à receita operacional	(2.510.641)	(2.318.589)
Receita operacional líquida	6.346.987	5.593.947

- (a) No trimestre findo em 30 de setembro de 2017 a variação é decorrente principalmente pelos componentes financeiros recebidos no reajuste das controladas CEMAR e CELPA de 2016 (5/12) que geraram uma receita de R\$ 58.668 bem como do reajuste de 2017 cujo montante foi uma despesa de R\$ 20.246. Para o mesmo período de 2016 houve influência do reajuste de 2015 cujo montante amortizado gerou uma despesa de R\$ 152.222 e pelo reajuste de 2016 (7/12) em que a amortização gerou uma receita de R\$ 18.633. As constituições também influenciaram nessa variação e são decorrentes das variações entre os custos recebidos Reajustes e Revisões Tarifárias e os valores efetivamente realizados. Outro fator foi que as despesas com custo de energia foram superiores em 2017 em comparação com o mesmo período de 2016 (vide nota 7 (a));
- (b) A variação apresentada é em virtude das operações de venda de energia no mercado de curto prazo - MCP e do Preço de Liquidação das diferenças - PLD. No período findo em 30 de setembro de 2017 o PLD atingiu o patamar de R\$ 521,83 elevando as despesas de curto prazo. Adicionalmente a exposição financeira gerou uma despesa em virtude da diferença entre o PLD dos submercados em relação ao PLD do Norte; e
- (c) A receita de construção dos ativos da concessão sofreu uma redução em comparação com o mesmo período do ano anterior em função da redução dos investimentos em obras e melhorias; ampliação; conservação e manutenção das Redes de Distribuição; Linhas de Subtransmissão e Subestações executados na área de concessão.

⁵ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia reclassificou valores que estavam na rubrica “Receita de distribuição” para as rubricas “Receita pela disponibilidade - uso da rede” e “Outras receitas”.

25 Custos do serviço e despesas operacionais

30/09/2017				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	57.760	39.020	161.107	257.887
Material	11.634	3.498	1.042	16.174
Serviços de terceiros	152.948	188.308	150.225	491.481
Energia elétrica comprada para revenda	2.810.542	-	-	2.810.542
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	254.013	-	-	254.013
Custo de construção	927.972	-	-	927.972
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	216.946	-	216.946
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	33.607	33.607
Amortização	195.682	-	90.346	286.028
Arrendamento e aluguéis	13.278	3.575	3.427	20.280
Subvenção CCC	68.975	-	-	68.975
Outros	(878)	(5.979)	6.542	(315)
Total	4.491.926	445.368	446.296	5.383.590

30/09/2016				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	94.107	42.388	104.276	240.771
Material	3.179	2.260	878	6.317
Serviços de terceiros	209.352	153.747	115.485	478.584
Energia elétrica comprada para revenda	2.385.863	-	-	2.385.863
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	181.437	-	-	181.437
Custo de construção	1.025.402	-	-	1.025.402
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	139.189	-	139.189
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(36.379)	(36.379)
Amortização	190.854	-	64.016	254.870
Arrendamento e aluguéis	16.448	3.579	2.824	22.851
Subvenção CCC	9.373	-	-	9.373
Outros	6.458	(3.725)	872	3.605
Total	4.122.473	337.438	251.972	4.711.883

26 Energia elétrica comprada para revenda

	GWh(*)		R\$	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Energia de leilão (a)	8.665	9.184	1.670.393	1.776.155
Contratos Eletronuclear	363	364	82.320	60.981
Contratos cotas de garantias (b)	4.158	5.026	253.711	256.775
Encargo de Serviço do Sistema – ESS/ Energia reserva	-	-	(35.153)	85.976
Energia bilateral	-	166	-	37.607
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(997)	893.637	233.613
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	250	239	76.364	76.975
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	254.013	181.437
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(283.916)	(229.875)
Outros custos	-	-	153.186	87.656
Total	13.436	13.982	3.064.555	2.567.300

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

- (a) Variação decorrente das reduções contratuais realizadas através do MCSD de energia nova, bem como da redução contratual possível através dos acordos bilaterais. Outro fator foi o término de contratos oriundos dos leilões de Energia Existente em 2016;
- (b) A despesa dos contratos de cotas garantias na refere-se à energia decorrente do rateio da garantia física e de potência das usinas cujas concessões foram prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783, de 2013. A alocação das cotas às concessionárias de distribuição de energia é estabelecida conforme regulamento da ANEEL. No período findo em 30 de setembro de 2017 na controlada CEMAR, a quantidade contratada é menor que a quantidade em 2016, o que resulta em uma menor despesa, mesmo com o preço médio de R\$ 62,12 a cada MW ,maior que 2016. Para o mesmo período apresentado houve uma redução na quantidade contratada de cotas para a distribuidora; Na controlada CELPA no período findo em 30 de setembro de 2017, o preço médio das cotas, se comparado com o mesmo período de 2016, tem preço valorado à média R\$ 61,14 a cada MWh. Para o mesmo período analisado houve uma redução na quantidade contratada de cotas para a distribuidora, que resulta em uma redução de despesa neste item; e
- (c) No período findo em 30 de setembro de 2017 as receitas de compra de energia das controladas CEMAR e CELPA no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) PLD utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 203,95 por MWh; ii) Contratos de energia de 2017 negociados no mercado de curto prazo.

27 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receitas financeiras				
Rendas financeiras	38.869	25.629	217.117	233.839
Valores a receber/devolver parcela A	-	-	45.009	43.408
Acréscimo moratório de energia vendida	-	-	139.749	115.508
Receita financeira de AVP	362	362	-	362
Variação monetária e cambial da dívida (a)	-	-	30.039	213.459
Variação monetária e cambial da caução STN	-	-	4.992	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.261)	(2.729)	(18.669)	(19.884)
Descontos obtidos	-	-	787	2.099
Juros ativos	-	-	44	6.918
Outras receitas financeiras	8.984	33.081	5.611	29.307
Total de receitas financeiras	45.954	56.343	424.679	625.016

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Despesas financeiras				
Valores a receber/devolver parcela A	-	-	(26.938)	(37.979)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(b) -	-	(73.485)	(276.598)
Variação monetária e cambial da dívida	(a) -	-	(59.722)	(36.723)
Encargos da dívida	-	-	(283.733)	(242.605)
Atualização de eficientização e contingências	-	-	(33.268)	(28.879)
Multas regulatórias	-	-	(3.947)	(1.324)
Despesa financeira de AVP	-	-	(31.391)	(26.578)
Juros, multas s/ operação de energia	-	-	(2.687)	(636)
Juros passivos	-	-	(20.549)	(26.105)
Descontos concedidos	-	-	(4.011)	(919)
Outras despesas financeiras	(5.909)	(4)	(18.781)	(448)
Total de despesas financeiras	(5.909)	(4)	(558.512)	(678.794)
Resultado financeiro líquido	40.045	56.339	(133.833)	(53.778)

- (a) O principal efeito da variação cambial, é derivado do aumento do dólar em 1,5%, saindo de R\$ 3,26 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3,31 em 30 de setembro de 2017, contra uma queda do dólar em 2016 de 17,8%, saindo de R\$ 3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3,21 em 30 de setembro de 2016; e
- (b) Refere-se principalmente à contratação de operações de Swap, que trocam Dolar+spread por CDI+ spread. No período findo em 30 de setembro de 2017 tivemos despesa líquida de Swap devido à receita pelo aumento do dólar em 2017 de 1,5% (ponta ativa, vide nota a) ser inferior a despesa com o CDI acumulado no ano em 5,65% (ponta passiva), contra uma despesa líquida de Swap em 2016 devido à despesa pela queda do dólar de 17,80% (ponta ativa) somado a despesa com o CDI acumulado no ano em 6,72% (Ponta Passiva).

28 Instrumentos financeiros

28.1 Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

28.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo.

As controladas CELPA e CEMAR possuem *swap* para fins de proteção cambial.

28.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros (Consolidado)

Os valores justos estimados de ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2017		31/12/2016	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao valor justo	928.321	928.321	920.784	920.784
Investimentos de curto prazo	Ativos financeiros ao valor justo	1.732.997	1.732.997	2.137.135	2.137.135
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	2.836.162	2.836.162	2.664.108	2.664.108
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	211.792	211.792	196.857	196.857
Instrumentos financeiros derivativos	Ativos financeiros ao valor justo	46.600	46.600	1.242	1.242
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	Empréstimos e recebíveis	23.809	23.809	65.284	65.284
Ativo financeiro de concessão	Empréstimos e recebíveis	3.029.911	3.029.911	2.602.224	2.602.224
Total do ativo		8.809.592	8.809.592	8.587.634	8.587.634

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2017		31/12/2016	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Empréstimos e recebíveis	1.045.631	1.045.631	943.283	943.283
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	3.101.803	3.097.710	3.085.864	3.085.864
Instrumentos financeiros derivativos	Passivos financeiros ao valor justo	-	-	31.278	31.278
Valores a pagar da recuperação judicial ⁶	Empréstimos e recebíveis	987.456	987.456	1.008.746	1.008.746
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	1.801.085	1.865.368	1.748.467	1.474.409
Total do passivo		6.935.975	6.996.165	6.817.638	6.543.580

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como de valor justo através do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo.

⁶ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia para 2016 realizou a abertura da rubrica "Valores a pagar da recuperação judicial".

- **Investimentos de curto prazo** - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2.
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações das controladas, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Depósitos judiciais** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como empréstimos e recebíveis, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e suas controladas são classificados como empréstimos e recebíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento das controladas e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como empréstimos e recebíveis e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Valores a pagar da recuperação judicial** – decorrente do plano de recuperação judicial da controlada CELPA que são classificados como empréstimos e recebíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Debêntures** - são classificadas como empréstimos e recebíveis e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

28.4 Instrumentos financeiros derivativos

A controladas CEMAR e CELPA possuem swap com os bancos Itaú, Citibank e Santander referentes às operações em moeda estrangeira.

A CELPA, em 30 de setembro de 2017, apresenta os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira do banco Citibank é R\$ 561.305, sendo o saldo do Itaú liquidado no primeiro trimestre de 2017 (R\$ 114.169 e R\$ 369.142 em 31 de dezembro de 2016 com os bancos Itaú e Citibank respectivamente).

A CEMAR, em 30 de setembro de 2017, apresenta os saldos devedores dos contratos na operação em moeda estrangeira do Itaú e Santander são respectivamente R\$ 131.468 e R\$ 130.653 (R\$ 133.312 e R\$ 133.225 em 31 de dezembro de 2016).

De acordo com o CPC 40(R1) os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, que podem ser assim resumidos:

CEMAR

Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de hedge de risco de mercado	Indexadores	30/09/2017	31/12/2016
Santander			
Ponta ativa	US\$	130.683	134.158
Ponta passiva	CDI	(105.204)	(104.110)
Total		<u>25.479</u>	<u>30.048</u>
Itaú			
Ponta ativa	US\$	130.518	133.785
Ponta passiva	CDI	(104.894)	(103.771)
Total		<u>25.624</u>	<u>30.014</u>
Total		<u><u>51.103</u></u>	<u><u>60.062</u></u>

CELPA

Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de hedge de risco de mercado	Indexadores	30/09/2017	31/12/2016
Itaú - 200 MM			
Ponta ativa	US\$	-	113.773
Ponta passiva	CDI	-	(105.549)
Total		<u>-</u>	<u>8.224</u>
Citibank - 455 MM			
Ponta ativa	US\$	-	377.224
Ponta passiva	CDI	-	(475.546)
Total		<u>-</u>	<u>(98.322)</u>
Citibank - 542MM			
Ponta ativa	US\$	570.252	-
Ponta passiva	CDI	(574.755)	-
Total		<u>(4.503)</u>	<u>-</u>

Ponta ativa ⁷	US\$	570.252	-
Ponta passiva ⁷	CDI	(574.755)	(90.098)
Total		<u>(4.503)</u>	<u>(90.098)</u>

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o swap seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

28.5 Gerenciamento dos riscos financeiros - Instrução CVM nº 475

O Conselho de Administração das controladas CEMAR e CELPA têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

Os riscos descritos a seguir são uma compilação do apontamento pelas diversas áreas, conforme suas respectivas especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades. As controladas CEMAR e CELPA através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, buscam manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco das controladas, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais as mesmas estão expostas. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes, constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de

⁷ Para efeito de comparabilidade e melhor análise, a Companhia alterou a forma de apresentação dos saldos de 31/12/2016 inserindo totalizador da ponta ativa e ponta passiva.

inadimplência, é realizado anualmente workshop de cobrança para identificação dos principais grupos de inadimplentes e tomadas de decisões estratégicas para combatê-los. Periodicamente o comitê de cobrança acompanha a execução e eficiência de todas as decisões tomadas no workshop. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negatização de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

(ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 14 e 15.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(iii) *Riscos de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) *Risco de taxa de câmbio*

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro da Companhia estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição da controlada CEMAR ao câmbio é de 11,6% e a CELPA em 24,58% de sua dívida. As controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a

eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A CEMAR possui três dívidas em moeda estrangeira, sendo que duas delas, que representam 95,5% da exposição cambial, possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio e outra dívida possui uma caução em dólar para proteção contra as oscilações de câmbio, tem baixa representatividade no endividamento global desta controlada e é derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN

A CELPA possui quatro dívidas em moeda estrangeira, sendo que duas delas, que representam 70,4% da exposição cambial, possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio. Outra dívida é com BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento que representa 26,6% do total da dívida exposta ao câmbio, mas que por fazer parte do PRJ, está toda no passivo não circulante, com vencimento em 30 de junho de 2026; E finalmente uma quarta, que possui uma Caução para proteção contra as oscilações de câmbio, tem baixa representatividade no endividamento global desta controlada e é derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

A sensibilidade dessa dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 30 de setembro de 2017 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluimos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

<u>Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial (R\$ Mil)</u>						
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(330)	(198.005)	(395.681)	197.346	395.022
Referência para passivos financeiros		Taxa projetada 30/09/2017	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		3,82	3,96	4,75	2,38	1,58

(v) Risco de vencimento antecipado

As controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices podem implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento conforme mencionados nas notas 14 (Empréstimos e financiamentos) e 15 (Debêntures).

(vi) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2017 (Cenário provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V - 50%
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	119.006	148.759	178.510	89.255	59.504
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(115.129)	(141.653)	(168.177)	(88.605)	(62.081)
	SELIC	(45.461)	(55.964)	(66.468)	(34.957)	(24.454)
	TJLP	(51.219)	(63.150)	(75.081)	(39.288)	(27.356)
	IGP-M	(17.463)	(21.622)	(25.781)	(13.304)	(9.145)
	IPCA	(52.969)	(65.618)	(78.268)	(40.319)	(27.669)

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa em 30/09/2017	25%	50%	-25%	-25%
CDI (% 12 meses)	9,01	11,26	13,51	6,75	4,50
SELIC (% 12 meses)	9,03	11,28	13,54	6,77	4,51
TJLP (% 12 meses)	7,50	9,37	11,25	5,62	3,75
IGP-M (% 12 meses)	4,01	5,02	6,02	3,01	2,01
IPCA (% 12 meses)	4,65	5,81	6,98	3,49	2,33

O impacto da sensibilidade no resultado da controlada CEMAR é demonstrado conforme a seguir:

Cenários	Impacto no resultado
Cenário Provável	-
Cenário II	(8.206)
Cenário III	(16.412)
Cenário IV	8.206
Cenário V	16.413

O impacto da sensibilidade no resultado da controlada CELPA é demonstrado conforme a seguir:

Cenários	Impacto no resultado
Cenário Provável	-
Cenário II	(204.451)
Cenário III	(408.905)
Cenário IV	204.454
Cenário V	408.908

(vii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS) não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá as controladas CEMAR e CELPA justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta ao critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

28.7 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida/EBITDA
- Dívida Líquida/ (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo/Dívida Total

Nos período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

29 Segmento de negócios

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Transmissão, Serviços, Comercialização e Administração central e outros.

Equatorial Energia S.A.
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2017

	<u>Distribuição</u>		<u>Transmissão</u>		<u>Serviços / Comercialização</u>		<u>Administração Central e outros</u>		<u>Eliminações e ajustes</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos operacionais	14.084.806	13.433.960	112.843	-	146.188	109.356	1.035.914	970.350	(306.778)	(294.146)	15.072.973	14.219.520
Passivos operacionais	9.630.036	9.415.438	40.787	-	68.487	47.448	195.192	179.093	(306.778)	(294.146)	9.627.724	9.347.833
	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Receita líquida	6.078.377	5.446.074	9.923	-	258.687	147.873	-	-	-	-	6.346.987	5.593.947
Custo dos serviços	(4.308.889)	(3.988.703)	(9.710)	-	(172.242)	(133.770)	(993)	-	-	-	(4.491.834)	(4.122.473)
Lucro bruto	<u>1.769.488</u>	<u>1.457.371</u>	<u>213</u>	<u>-</u>	<u>86.445</u>	<u>14.103</u>	<u>(993)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.855.153</u>	<u>1.471.474</u>
Despesas com vendas	(444.025)	(337.438)	-	-	(325)	-	-	-	-	-	(444.350)	(337.438)
Despesas gerais e administrativas	(448.956)	(285.872)	-	-	(51.711)	(458)	(32.328)	(28.057)	-	-	(532.995)	(314.387)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	17.303	20.266	-	-	17.303	20.266
Amortização do direito de concessão	-	-	-	-	-	-	(4.442)	(4.780)	-	-	(4.442)	(4.780)
	<u>876.507</u>	<u>834.061</u>	<u>213</u>	<u>-</u>	<u>34.409</u>	<u>13.645</u>	<u>(20.460)</u>	<u>(12.571)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>890.669</u>	<u>835.135</u>
Receita financeira	383.448	597.385	(2)	-	4.621	4.715	45.958	56.343	(9.346)	(33.427)	424.679	625.016
Despesa financeira	(561.619)	(710.897)	(169)	-	(158)	(1.320)	(5.912)	(4)	9.346	33.427	(558.512)	(678.794)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	<u>698.336</u>	<u>720.549</u>	<u>42</u>	<u>-</u>	<u>38.872</u>	<u>17.040</u>	<u>19.586</u>	<u>43.768</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>756.836</u>	<u>781.357</u>
Imposto de renda e contribuição social	(116.620)	(131.861)	(11)	-	(14.466)	(4.145)	(3.693)	(14.839)	-	-	(134.790)	(150.845)
Lucro antes das participações dos não controladores	<u>581.716</u>	<u>588.688</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>24.406</u>	<u>12.895</u>	<u>15.893</u>	<u>28.929</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>622.046</u>	<u>630.512</u>
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	8.357	5.232	-	-	125.437	118.970	133.794	124.202
Atribuível aos acionistas da controladora	<u>581.716</u>	<u>588.688</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>16.050</u>	<u>7.663</u>	<u>15.893</u>	<u>28.929</u>	<u>(125.437)</u>	<u>(118.970)</u>	<u>488.252</u>	<u>506.310</u>
Lucro líquido do período	<u>581.716</u>	<u>588.688</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>24.407</u>	<u>12.895</u>	<u>15.893</u>	<u>28.929</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>622.046</u>	<u>630.512</u>

30 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Equatorial e por suas controladas CEMAR e CELPA, está demonstrada conforme a seguir:

Equatorial

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
D&O Geral	30/12/2017	30.000
Seguro garantia leilão de transmissão	21/10/2017	28.021

CEMAR

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2017	257.527
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2017	7.000
Riscos diversos	31/12/2017	1.095
Seguro garantia judicial	(a)	61.556
Seguro garantia leilão de energia	(b)	79
Automóvel	31/12/2017	(c)

- (a) Apólices vigentes até agosto de 2020.
- (b) Apólices vigentes até dezembro de 2018.
- (c) 128 veículos próprios segurados, de acordo com a tabela FIPE.

CELPA

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2017	327.359
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2017	7.000
Seguro garantia judicial	(a)	96.952
Seguro garantia leilão de energia	(b)	47
Automóvel	31/12/2017	(c)

- (a) Apólices vigentes até novembro de 2021.
- (b) Apólices vigentes até abril de 2018.
- (c) 78 veículos próprios segurados de acordo com a tabela FIPE.

A controladas CEMAR e CELPA adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros das controladas são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações trimestrais e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

31 Eventos subsequentes

CEMAR

Oitava emissão de debêntures

Em 15 de setembro de 2017, a Companhia realizou a oitava emissão de debêntures, com liquidação realizada em 13º de outubro de 2017, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em uma série, no montante total de R\$500.000, sendo o vencimento em 15 de setembro de 2022, oferta que foi objeto de registro na CVM em 11 de outubro de 2017.

Transmissoras

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), por meio do despacho nº 3.592, de 26 de outubro de 2017, anuiu a transferência de controle acionário das empresas Equatorial Transmissora 1 SPE S.A., Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., Equatorial Transmissora 3 SPE S.A., Equatorial Transmissora 4 SPE S.A., Equatorial Transmissora 5 SPE S.A., Equatorial Transmissora 6 SPE S.A., Equatorial Transmissora 7 SPE S.A., e Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. direto da Companhia que passará a ser controlada diretamente pela empresa Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial Energia S.A, cujo prazo para implementação dessa operação é de 120 dias, a contar da data de publicação do referido despacho.

INTESA

Em 30 de agosto de 2017, a Equatorial Energia anunciou aquisição de 51% do capital total da Intesa (Integração Transmissora de Energia S.A.), responsável pela operação e manutenção de uma linha de transmissão entre o Tocantins e Goiás. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes. Dentre as quais, a aprovação dos termos e condições da operação pela ANEEL. A aprovação junto ao CADE foi obtida em 16 de outubro de 2017.

* * *

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Saggiaro

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Guilherme Aché

José Jorge de Vasconcelos Lima

Luís Henrique de Moura Gonçalves

Marcelo de Souza Monteiro

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Eduardo Haiama
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC-PE012996-O-3-S-MA